Crítica e pragmatismo na sociologia

diálogos entre Brasil e França

Diogo Silva Corrêa, Laura Chartain,
Rodrigo Cantu e Sayonara Leal
organizadores

ANNABLUME

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária Juliana Farias Motta CRB7/5880

C954
Crítica e pragmatismo na sociologia : diálogos entre Brasil e França / Organizadores Diogo Silva Corrêa... [et al.]. – [1.ed.]. -- São Paulo : Annablume, 2018.

396 p.; 16:23 cm

ISBN:978-85-391-0915-9

Outros autores: Laura Chartain, Rodrigo Cantu, Sayonara Leal, Nicolas Dodier e Janine Barbot, Daniel Cefaï, Alexandre Werneck, Silvia A. Zimmermann, Diogo Silva Corrêa & Palloma Valle Menezes, Flávia Gouveia, Asher Brum, Carlos Gutierrez, Luc Boltanski, Thays Wolfarth Mossi,

Original apresentando como: I Colóquio Crítica e Pragmatismo na Sociologia: diálogos entre Brasil e França
1. Sociologia. 2. Ciência política.3. Teoria crítica (Sociologia).I. Corrêa, Diogo Silva.[et.al.]... II. Título: diálogos entre Brasil e França

CDD 301

Índice para catálogo sistemático:
1. Sociologia
2. Ciência política
3. Teoria crítica (Sociologia)

Crítica e pragmatismo na sociologia:
diálogos entre Brasil e França

Projeto, Produção e Capa
Coletivo Gráfico Annablume

Annablume Editora
Conselho Editorial
Eugênio Trivinho
Gabriele Cornelli
Gustavo Bernardo Krause
Iram Jácome Rodrigues
Pedro Paulo Funari
Pedro Roberto Jacobi

1ª edição: junho de 2018

© Diogo Silva Corrêa

Annablume Editora
Rua dos Três Irmãos, 489 – Conj. 3
05615-190 . São Paulo . SP . Brasil
Televendas: (11) 3539-0225 –Tel.: (11) 3539-0226
www.annablume.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 7

TESTEMUNHAR COMO VÍTIMA NO TRIBUNAL: Estrutura normativa douso da palavra no seio de um dispositivo
Nicolas Dodier e Janine Barbot 23

PÚBLICO, SOCIALIZAÇÃO E POLITIZAÇÃO: Reler John Dewey na companhia de George Herbert Mead
Daniel Cefaï 57

SOBRE A CITÉ HEDONISTA: Uma ordem de grandeza baseada no prazer e na alegria
Alexandre Werneck 89

DISPOSITIVOS DE NORMATIZAÇÃO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NA ESCOLA À PROVAÇÃO DE REPERTÓRIOS CRÍTICOS DE LICENCIANDOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS NO DISTRITO FEDERAL
Sayonara Leal 117

A CONSTRUÇÃO DE UM PÚBLICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMÉRICA LATINA:
Emergência e engajamento na REAF Mercosul
Silvia A. Zimmermann 151

ASCENSÃO E QUEDA DAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA:
Esboço de uma sociologia da crítica
Diogo Silva Corrêa & Palloma Valle Menezes 185

O PAPEL DA MÍDIA NAS CONTROVÉRSIAS SOCIOTÉCNICAS E O USO DE FERRAMENTAS SOCIOINFORMÁTICAS PARA INVESTIGAR MÍDIAS DIGITAIS
Flávia Gouveia 229

O SOFRIMENTO RITUAL NO OPUS DEI:
Práticas sociais, reflexividade e disputa no contexto católico brasileiro
Asher Brum 259

A ASCENSÃO EVANGÉLICA NO BRASIL:
Análise pragmática em torno da produção do social por atores religiosos
Carlos Gutierrez 291

A CRÍTICA SOCIAL ENTRE EFICIÊNCIA E SENTIDO DE JUSTIÇA:
Análise do conteúdo normativo da crítica à terceirização em diálogo com Luc Boltanski
Thays Wolfarth Mossi 327

NEGOCIANDO O CONTRATO FISCAL:
Para uma sociologia da controvérsia tributária no Brasil (1990-1995)
Rodrigo Cantu 357

CRÍTICA E PRAGMATISMO NA SOCIOLOGIA: DIÁLOGOS ENTRE BRASIL E FRANÇA

Introdução

Este livro traz trabalhos apresentados e discutidos no *I Colóquio Crítica e Pragmatismo na Sociologia: diálogos entre Brasil e França*, que aconteceu em Brasília entre 24 e 26 de agosto de 2016. O evento reuniu pesquisadores do Brasil e da França que utilizam a abordagem da Sociologia Pragmática em compasso, muitas vezes, com variantes da Teoria Crítica, no estudo dos mais distintos objetos. Desenvolvida na França, a Sociologia Pragmática tem se difundido nos últimos anos pela academia no Brasil. O objetivo do colóquio foi colocar à prova a Sociologia Pragmática francesa a partir de temas e objetos do contexto brasileiro. A preocupação central do debate foi o retorno dos tópicos da crítica e da dominação ao foco dessa corrente sociológica. Os textos reunidos neste livro alimentaram a discussão no evento e apresentam resultados de pesquisa com distintas metodologias e objetos. É notável a riqueza dos trabalhos brasileiros com a abordagem da Sociologia Pragmática em diálogo com as especificidades contextuais de aplicação de seus registros teóricos e metodológicos. Esperamos com esta publicação, divulgar pesquisas que possam agora servir de base para um debate mais amplo sobre fazer Ciências Sociais no Brasil. No restante desta introdução, apresentamos sumariamente a Sociologia Pragmática francesa, sua inserção no Brasil e o retorno da crítica como tema dessa corrente. Finalizamos com comentários sobre os textos aqui reunidos e com agradecimentos às instituições que tornaram o evento e este livro possíveis.

A sociologia pragmática

A partir da década de 1980, cristalizou-se na França um horizonte de pesquisa nas ciências sociais marcado pela crise dos grandes paradigmas, do fim dos "ismos" e das grandes explicações totalizantes. Esse horizonte, contudo, não deixou de apresentar alguns pontos de convergência, como a preocupação em reformular a teoria da ação social a partir de uma abordagem pragmaticamente orientada (Dosse 2003; Karsenti e Quéré 2004). Os trabalhos produzidos nesse contexto convergiam também para a superação de antinomias clássicas, tais como sujeito e objeto (filosofia), indivíduo e sociedade (sociologia) ou natureza e cultura (antropologia).

Dois pólos se destacaram na produção dessa nova guinada na sociologia francesa. No *Centre de Sociologie de l'Innovation* (CSI), Bruno Latour e Michel Callon renovaram a sociologia da ciência e da técnica a partir de um enfoque situado não nos fatos científicos acabados, mas na ciência em vias de se fazer (*en train de se faire*), expondo os fatos brutos e as entidades ainda em estado "quente", por meio da apresentação de controvérsias e momentos de incerteza. No registro de uma sociologia simétrica ou das traduções, perpassada pelo modo pragmatista de se fazer sociologia, Latour (2007) define o social como um coletivo, uma associação de atores (humanos e não-humanos), uma reunião de elementos heterogêneos. Em contraposição a uma sociologia do social, o autor sugere uma sociologia das associações, mostrando a heterogeneidade da composição dos laços sociais. A ação, nesses termos, como enfatiza Latour (2007) é fonte de incertezas e "deve permanecer uma surpresa, uma mediação, um evento. É por essa razão que é necessário começar, ainda uma vez, não pelas determinações da ação pela sociedade, pela capacidade de cálculo de indivíduos ou pelo poder do inconsciente, mas pela característica sub-determinada da ação, pelas incertezas e as controvérsias que tratam sobre quem age quando nós agimos – sem poder decidir se essa fonte de incerteza se deve ao observador ou ao ator" (2007, p. 66). Alguns fatos tecnocientíficos foram então tratados como "caixas pretas" a serem abertas a fim de revelar que a construção de um fato

científico, em virtude de seu caráter sociotécnico, não remete somente a um trabalho intelectual e discursivo do cientista, mas para isso se mobiliza todo conjunto de atores e outras práticas assim como de técnicas e de objetos que são materializações de debates anteriores. (Corcuff, 2001). Vem à tona também o trabalho ordinário realizado pelos cientistas em seus respectivos laboratórios. A ciência e tecnologia, de perto, figuram como ferramentas para análise sociológica, para realização de uma promissora microssociologia. Por sua vez, no *Groupe de Sociologie Politique et Morale* (GSPM), Luc Boltanski e Laurent Thévenot modificaram o enfoque sobre o acordo social, não mais considerado como o resultado da interiorização de expectativas normativas (Parsons) ou de estruturas objetivas (Bourdieu), e sim como a resultante de um processo de investigação (*inquiry)* axiológica dos atores em momentos críticos. Desenha-se, assim, um quadro metodológico constituído de elementos orientadores da pesquisa pautada no *estilo pragmático,* com forte influência das abordagens do interacionismo simbólico, da etnometodologia e da antropologia da C&T (sobretudo o trabalho fundador de Latour e Woolgar *Vida em Laboratório)*: 1) Princípio de simetria; 2) Pluralismo; 3) Competência do ator; 4) Gramática do acordo (coercitiva); 5) Sistema "acional" e 6) Provações (Nachi, 2006).

Nesse novo horizonte de pesquisas, as categorias explicativas tradicionais – classes, movimentos sociais, estruturas, sociedade – passaram a ser questionadas em prol de uma abordagem mais próxima do ator e de sua experiência. A partir do plano da ação e da interação, o objetivo tornou-se investigar a formação das categorias (Boltanski e Thévenot 1983), as formas de coordenação da ação (Thévenot 1986), a emergência de atores coletivos (Boltanski 1982; 1984), ou dos macro-atores (Latour e Callon 1981). Os grupos sociais, de conceitos explicativos do mundo social, passaram a elementos problemáticos a serem explicados. A totalidade e a regularidade foram substituídas pelas micros-situações, pelos momentos de ruptura e pelas controvérsias. No lugar de unidades coesas e fechadas, a investigação passou a incidir sobre entidades instáveis, "objetos cabeludos" (Latour,

1995: 21), arranjos heterogêneos e elementos incongruentes. Daí porque os determinismos holísticos deram lugar à preocupação com o sentido da ação e com a investigação empreendida pelos atores nos momentos de incerteza.

A noção de simetria foi, decerto, um dos princípios que nortearam essa nova constelação. Com ela, a sociologia incorporou uma reflexão epistemológica abrangente sobre seus próprios pressupostos e suas grandes divisões: humanos-não humanos, natureza-cultura, ciência-política, economia-moral, pessoas-objetos etc. Tratava-se de refletir sobre o próprio papel das ciências humanas na produção ou fortalecimento das assimetrias. A estabilidade de noções como coletivo, subjetividade, humano, animal, natureza e cultura devia agora ser problematizada a partir das disputas e das controvérsias que as colocavam em questão.

Os autores da sociologia pragmática, retomando a posição compreensiva de Max Weber e a pluralista de William James e de Alfred Schutz, estabeleceram como tarefa prioritária do sociólogo a explicitação e a descrição das competências cognitivas e reflexivas dos atores sociais. Ao sociólogo restou acompanhar e retraçar, em outros termos, "seguir" (Latour, 2006) as operações empreendidas pelos próprios atores. Com ênfase em métodos etnográficos, o pesquisador devia descrever a ação e cartografar as diferentes posições assumidas pelos atores em disputas e controvérsias. O ideal bourdiesiano de uma reflexividade (Bourdieu 1984) que culminava em um pretenso controle da parcialidade subjetiva pela consciência do posicionamento objetivo tornou-se uma entre diversas posições críticas passíveis de descrição, compartilhadas (e disputadas) por sociólogos e atores leigos. Classificar, criticar, julgar, justificar, foram então tomadas como algumas das operações compartilhadas entre leigos e especialistas. Não se tratava de uma inversão de papéis e nem da renúncia da sociologia à crítica, mas, sobretudo, o que mais tarde ficará mais claro, da adoção de uma postura reflexiva sobre o lugar, a prioridade, o momento e

o modus operandi da crítica – seja ela leiga ou sociológica. Ou seja, da passagem de uma sociologia crítica para uma sociologia da crítica (Boltanski, 1990).

Seguindo a orientação da etnometodologia (Garfinkel 1967), outra forte inspiração desses trabalhos, as ações sociais não remontavam mais ao domínio da razão ou das estruturas sociais. Ao contrário, a sociedade e o vínculo social passaram a ser abordados "do ponto de vista dos processos cognitivos, das categorias semânticas ou dos métodos de coordenação que os constituem" (Quéré *et al.* 1993:11). A sociedade deixou de existir em sua dimensão funcional e totalizante e passou a ser encarada enquanto redes de associação de "elementos heterogêneos" (Latour 2006:13), uma multiplicidade de arenas e coletivos (Cefaï e Trom, 2001) ou simplesmente de públicos (Dewey 1927). A linearidade e a regularidade do mundo social, embora não completamente deixadas de lado, deram lugar à ênfase nas rupturas, bifurcações, inovações e incertezas. Daí o novo peso conferido às noções de "evento", "controvérsia", "affaire", "crise", "prova" e "situação".

Esse novo vocabulário abarcou também as pessoas, com a noção de ator substituindo a noção de agente para designar as competências criativas no seio do próprio agir (Joas, 1996) e dar conta da pluralidade de relações que as pessoas estabelecem com as regras e valores, e das transições e adaptações que se passam ao longo das situações cotidianas. Ao invés de um agente dotado de um habitus que estruturaria suas possibilidades perceptivas, a sociologia pragmática pretendia estar mais atenta à multiplicidade de ajustes exigidos dos atores em configurações situacionais e no agenciamento dos objetos sóciotécnicos. O objetivo, com isso, foi o de restituir ao mundo a incerteza e a pluralidade que lhe são constitutivas. No lugar de uma hermenêutica da suspeita (Ricœur 1969) que buscava julgar a verdade ou a coerência das ações e dos enunciados, a sociologia pragmática buscou analisar os critérios de pertinência e validade que presidiam as ações e os julgamentos ordinários dos atores, sempre partindo desses últimos.

A sociologia pragmática no Brasil

A sociologia pragmática ainda não está próxima do cotidiano dos cursos de graduação em ciências sociais no Brasil, já que as traduções e a divulgação ainda são bem restritas – começando pela ausência dos clássicos do pragmatismo norte-americano. Nos cursos de pós-graduação, a presença, apesar de crescente, ainda é incipiente, à exceção da recepção de Bruno Latour. Em 1990, Luc Boltanski e Elisabeth Clavérie participaram brevemente no curso de antropologia política ministrado por Lygia Sigaud no Museu Nacional. Em 1993, Nicolas Dodier, que foi membro do GSPM, é incluído na coletânea Teorias da Ação em Debate (Carvalho 1993). Em 2006, Frédéric Vandenberghe publica o primeiro artigo para apresentar em português a "nova sociologia francesa" de forma mais abrangente. Sem fazer justiça à diversidade de autores nas ciências sociais que são influenciados pelo pragmatismo no Brasil.

Começamos por um notável esforço de síntese que é o uso da sensibilidade pragmatista no contexto da violência urbana. De forma cautelosa, sem pretender se "filiar" à sociologia de Luc Boltanski e Laurent Thévenot, Luiz Antonio Machado da Silva propõe pensar o contexto da violência urbana numa "abordagem menos generalizadora e mais situada, enfatizando práticas sociais de atores competentes, constrangidos por contextos cognitivos e morais cujos repertórios possíveis não são ilimitados" (2010: 284). Em diálogo com a sociologia dos regimes de ação, Machado da Silva propõe a noção de "sociabilidade violenta" visando refletir sobre ordenamentos sociais ancorados essencialmente em relações de força. Destacamos ainda três teses sob orientação de Machado da Silva. Jussara Freire defendeu no IUPERJ, em 2005, uma tese pioneira sobre os "Sensos do justo e problemas públicos em Nova Iguaçu". Em trabalho posterior, Freire (2010) propôs pensar em um "regime de desumanização" como um "regime intersticial, no qual a publicização convive com a ameaça do recurso à força e, com isso, o horizonte não é o da paz, e sim o da violência" (2010: 120). O objetivo da autora foi acessar as competências dos atores em situações de violência e pensar, ao mesmo tempo, a

formação do público numa "cidadania de geometria variável" em que "nem todos os membros da cidade têm legitimidade para compor a cidade" (idem: 135). Outro trabalho importante em diálogo com a mesma problemática foi a tese de Palloma Menezes (2015), que analisa os "rumores" como "notícia improvisadas" (Shibutani 1966) resultantes das investigações (no sentido de Dewey, *inquiry*) realizadas pelos moradores de áreas "pacificadas" pelas UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) na cidade do Rio de Janeiro em um momento de transição e de alta indeterminação a partir da nova dinâmica de convivência instituída pela presença permanente do tráfico e da polícia nesses territórios (Menezes, 2015). Por fim, Marília Márcia da Silva (2013), também orientada por Machado da Silva, defendeu uma tese sobre "adolescentes em conflito com a lei" na qual utilizou o repertório da sociologia pragmática de Boltanski e Thévenot para descrever a pluralidade de situações e de formas de ajustamento vivenciadas por adolescentes durante o período de confinamento no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD) Ricardo de Albuquerque e no Educandário Santos Dumont, ambos no Rio de Janeiro.

O trabalho de outros três núcleos merece destaque: o Sociofilo, coordenado por Frédéric Vandenberghe no IESP-UERJ, um "colaboratório" que desenvolve reflexões sobre os fundamentos filosóficos da teoria social. Mais próximos ao pragmatismo estão Rodrigo Cantu com sua sociologia das controvérsias tributárias (2016) e Eduardo Nazareth, numa abordagem microssociológica dos esportes coletivos com ênfase no jogo como experiência (2013). O Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU), coordenado por Michel Misse no IFCS-UFRJ, edita a revista Dilemas que publica recorrentemente artigos clássicos e contemporâneos em diálogo com a microssociologia, e cujo editor, Alexandre Werneck, fez um trabalho notável ao analisar as dimensões pragmáticas do "ato de dar uma desculpa" (2012). O Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro), coordenado por Marco Antonio da Silva Mello no IFCS-UFRJ, também dialoga com o pragmatismo e desenvolveu colaborações com Daniel Cefaï e com Isaac Joseph. Em 2014,

dez anos após a morte de Joseph, o laboratório organizou uma mesa em sua homenagem, "Isaac Joseph: itinerários de um pragmatista no Brasil".

Os dois últimos núcleos produziram um trabalho colaborativo com Daniel Cefaï na discussão sobre a vida associativa (Cefaï et al 2011), que se propõe a questionar, através da pesquisa etnográfica, alguns dos lugares comuns da literatura sobre o tema. Como afirmam os autores, é preciso retrabalhar e colocar à prova estereótipos como o da "sociedade relacional" no Brasil, ou da força da sociedade civil como contrapoder nos EUA, assim como da França como "terra do jacobinismo, ainda dificultada por hábitos do Antigo Regime e submetida à onipotência política do seu Estado" (idem: 27). Afinados ao pragmatismo, esses autores afirmam que "se nos dedicamos a uma análise de situações, e se nos alinhamos sobre os critérios de pertinência dos atores" seria possível se tornar mais sensível às pequenas escalas dos "arranjos ecológicos ou políticos" e explicar "bem melhor as escolhas e as decisões do que a referência a uma 'cultura'" (idem: 27-8). Se para um possível crítico o pragmatismo no Brasil seria mais uma "ideia fora do lugar", para seus defensores significa, de modo distinto, cartografar a formação e a transformação das ideias pela aderência às situações singulares de pesquisa e à experiência concreta dos atores pesquisados. Em suma, trata-se de sempre pensar "pragmatistamente" o pragmatismo, de modo a jamais confundir, como diria o velho Marx, a lógica das coisas com as coisas da lógica.

A volta da teoria crítica

Mais recentemente na sociologia francesa houve uma retomada da teoria crítica, levando aspectos negligenciados pela sociologia pragmática como a questão do poder e da dominação (Boltanski, 2009; Frère, 2015). Há uma promissora agenda de pesquisa sendo aberta, cujo potencial ainda está apenas começando a ser explorado. A partir de uma reflexão crítica sobre as incapacidades e dificuldades do cidadão de participar da vida democrática, a sociologia pragmá-

tica estabelece pontes com a teoria crítica. Com a sua insistência nas situações concretas das ações em situação, a perspectiva pragmática vai além das análises institucionais e das análises sobre os movimentos sociais enquanto organização. A ênfase recai no contexto prático do engajamento político e as relações de força e de dominação.

A partir da "virada pragmática" que convida o sociólogo a "levar a sério os atores sociais" e a reconhecer neles competências de toda ordem, se tornou delicado tratar de engajamentos, de comportamentos e de discursos radicalmente inaptos à vida pública ou à discussão política. Contudo, alguns casos limites, como os dispositivos de ação pública focando, por exemplo, na participação de crianças, de pessoas de baixo nível educacional, de indivíduos com problemas de saúde mental, em habitantes de bairros controlados pelo narcotráfico e/ou as milícias, em populações indígenas, etc. nos incita a abordar de frente a difícil questão dos limites à participação em toda comunidade política. No Brasil, é por demais evidente alguns dos fatores gerais que incidem sobre a participação política: baixo nível de escolarização, a desigualdade no acesso aos serviços do Estado, os contextos de exclusão, autoritarismo e violência urbana e rural, etc.

Essa abordagem das "(in)capacidades cidadãs" não pretende uma interpretação geral, mas antes reconhecer alguns limites teóricos e possibilidades para pensarmos também aquilo que constitui as competências críticas dos atores sociais ordinários. Primeiro, o prisma do déficit de "capacidades cidadãs" é insuficiente para compreender como um todo as experiências limitadas ou mal sucedidas da ação coletiva e da democracia. Em muitos casos, são antes as (in)competências e intenções daqueles que estão no comando dos dispositivos em vigor que explicarão o sucesso ou o fracasso de uma empreitada participativa. Trata-se então de assinalar a distinção entre incapacidade e impotência cidadã.

Em segundo lugar, o sucesso do engajamento político e da participação democrática depende também da dimensão intencional e voluntária. Supondo que os indivíduos podem, será que eles querem se tornar cidadãos ativos, se ajustar ao jogo e às regras da democracia,

se exprimir em público, traduzir seus problemas pessoais em causas públicas, em formar coletivos, etc.?

Em terceiro lugar, é preciso reconhecer o que há de potencialmente opressivo nessas exigências da participação democrática. Em uma concepção muito cívica do coletivo, o sujeito político é solicitado apenas sob o ângulo bastante específico de suas capacidades deliberativas e procedimentais; outras modalidades de engajamento pessoal em uma vida em comum correm o risco de serem ignoradas, desprezadas ou mesmo ativamente reprimidas. Nesse sentido, podemos dizer que a democracia pode violentar as pessoas. Muitas delas (inaptas, incapazes, inexistentes) são simplesmente excluídas dos seus procedimentos. Ela exige de todos um trabalho de emancipação que pode conter certo grau de constrangimentos traduzidos em violência. Finalmente, não limitaremos nossa interrogação à consideração de comunidades tomadas de início como políticas, pela sua inscrição em um "campo político" (como é o caso da participação dos habitantes na política da cidade), mas também, particularmente, a participação em outras esferas, como o mundo do trabalho.

Em países como a França e o Brasil, os resultados de vinte anos de políticas públicas mais participativas e inclusivas é, como sabemos, bastante misto. No Brasil, experiências pioneiras de experimentação democrática (com exemplos famosos como o orçamento participativo na cidade de Porto Alegre e as Conferências e Conselhos Nacionais) convivem com dificuldades em termos de sua efetiva implementação. Nesses diferentes países, uma parte das dificuldades encontradas provém das fortes desigualdades quanto à "capacidade" dos cidadãos a se mobilizarem em torno desses dispositivos participativos e através deles se fazerem ouvir. Se existe uma literatura abundante sobre os desafios de um trabalho de *empowerment* necessário ao funcionamento desses dispositivos, a questão da incapacidade de uma parte dos cidadãos, e as consequências dessa incapacidade, tanto para os indivíduos envolvidos quanto para as comunidades

políticas às quais eles tentam se engajar, têm suscitado pouca atenção.

Neste sentido, a aproximação entre pragmatismo e crítica pode ser promissor para revelar a relação entre as formas de "experiências negativas" e lutas pelo reconhecimento expressas em diferentes demandas sociais, levando em consideração as relações de poder e dominação que permitem que a ação e a reflexividade crítica dos atores se tornem mais difíceis de se desenvolver. Uma abordagem bidisciplinar desse tipo vislumbra levar em conta as possibilidades mas também os limites para a participação naqueles que podem ser designados por "processos democráticos", incluídos nos mecanismos de controle público e social (audiências e consultas públicas) articulados, em geral, pelo poder público. Este enfoque permite uma analítica de regimes de (in) capacidades críticas dos atores que falam em espaços considerados não exemplares na perspectiva normativa de modelos democráticos padrão, como os relacionados com a cidade (como favelas); às populações dos beneficiários de políticas sociais de renda mínima; protestos de rua, bloqueando as vias públicas, realizados nas e pelas mídias comunitárias, por exemplo.

A ponte entre pragmatismo e crítica nas ciências sociais oportuniza de forma promissora, ao nosso ver, a discussão dos paradoxos da democracia e da cidadania em um país marcado pela igualdade social como o Brasil, e, em menor grau, a França, ao discutir em algumas pesquisas como as críticas e justificativas dos atores sociais estão ligadas a processos e dispositivos tanto em nível nacional como globalizado. No final, podemos considerar que os resultados até agora obtidos na interface pragmatismo e crítica na investigação social *en terrain* brasileiro mostram as ambiguidades do processo de construção da modernidade e da vida democrática brasileira relacionadas, por um lado, a fortes restrições mais ou menos enraizadas em nossas práticas, a compromissos com a rotina (ligados a processos históricos e estruturados de poder e dominação) e, por outro lado, a movimentos de emancipação.

As contribuições deste livro

As contribuições recolhidas neste livro incorporam ferramentas metodológicas tradicionais da Sociologia Pragmática, tais como observações situadas, análise de testemunhos contextualmente referenciados e de casos de provas, destacando as capacidades críticas dos atores quando estes se deparam com perturbações que comprometem o fluxo "normal" de suas atividades ordinárias em seus cotidianos. Aplicados aos diferentes contextos brasileiros, esses postulados metódicos pragmatistas fazem emergir trabalhos promissores em variados terrenos de investigação social, tais como religião, segurança pública, educação, questões trabalhistas e ambientais, finanças públicas e se ocupam também de debates teóricos. Alguns trabalhos vão evocar, por exemplo, os repertórios normativos como práticas dos atores confrontados e reagindo a dispositivos. São comuns na Sociologia Pragmática o emprego de trabalho de campo que combina observação e entrevistas e da reconstrução de longas trajetórias de práticas e de transformações institucionais por meio de fontes históricas. Além disso, os textos abordam questões metodológicas emergentes, como o uso de programas computacionais para análise de dados textuais para o estudo de controvérsias. Soma-se aos ritos metodológicos de cunho pragmatista, em alguns textos vamos constatar a adoção do método da teoria crítica da reconstrução normativa, cujo propósito é atualizar na realidade social de uma sociedade dada os ideais normativos que representam materializações da razão social, servindo como pontos de referência de uma crítica fundada. Essa variedade de aplicações empíricas reflete a versatilidade da Sociologia Pragmática em termos de objeto e potencial de conexões com outras abordagens.

Os resultados dos estudos publicados neste livro são um amostra e um convite à utilização da Sociologia Pragmática e suas associações possíveis à teoria crítica na pesquisa social no Brasil e na América Latina. Novas perspectivas sobre antigos objetos e suas nuances são reveladas quando nos debruçamos sobre as práticas e as formas da crítica em nossas sociedades. Esperamos que esta publicação abra

caminho para novos estudos com base na Sociologia Pragmática como caminho teórico e metodológico para o entendimento de novos e velhos problemas no Brasil.

Gostaríamos finalmente de deixar alguns agradecimentos às pessoas e instituições que colaboraram para a realização deste livro. Aos participantes do *I Colóquio Crítica e Pragmatismo na Sociologia: diálogos entre Brasil e França*, responsáveis pelo alto nível do debate e pelas colaborações ora publicadas. Ao Instituto de Ciências Sociais e ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, por oferecerem o apoio de infraestrutura necessário ao evento. À Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) pelo financiamento que possibilitou não só a realização do Colóquio como desta publicação.

Referências Bibliográficas

BOLTANSKI, Luc. *Les cadres: la formation d'un groupe social*. Paris: Éditions de Minuit, 1982.

_____. How a social group objectified itself: 'cadres' in France, 1936-1945. *Social Science Information*. v. 23, n.3, pp. 469-491, 1984.

_____. *L'amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Éditions Métailié, 1990.

_____. *De la critique: précis de sociologie de l'émancipation*. Paris: Gallimard, 2009.

BOLTANSKI, Luc & THÉVENOT, Laurent. Finding one's way in social space: a study based on games. *Social Science Information*. v. 22, n. 4-5, pp. 631-80, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984..

CANTU, Rodrigo. *Ensaios sobre as transformações das finanças públicas brasileiras*. 161 f. Tese – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CARVALHO, M.C.B. *Teorias da ação em debate*. São Paulo: Cortez, 1993.

CEFAÏ, Daniel & TROM, Danny. *Les formes de l'action collective: mobilisations dans des arènes publiques*. Paris: EHESS, 2001..

CEFAÏ, Daniel et al. (org.). *Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói, RJ: EdUFF, 2011.

CORCUFF, Philippe. As *novas sociologias*. São Paulo: EDUSC, 2001

DEWEY, John. *The public and its problems*. New York: Henry Holt, 1927..

DOSSE, François. *O império do sentido*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

FREIRE, Jussara. Agir no regime de desumanização: esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro. *Dilemas*. v. 3, n. 10, pp. 119-142, 2010.

FRERE, Bruno.*Le tournant de la théorie* critique. Paris: Éditions Desclée de Brouwer, 2015.

GARFINKEL, Harold. *Studies in ethnomethodology*. New Jersey: Prentice-Hall, 1967..

JOAS, Hans. *The creativity of action*. Chicago: University of Chicago, 1996..

KARSENTI, Bruno & QUÉRÉ, Louis. *La croyance et l'enquête: aux sources du pragmatisme*. Paris: Éditions EHESS, 2004.

LATOUR, Bruno. Note sur certains objets chevelus. *Nouvelle Revue d'Ethnopsychiatrie*. v. 27, pp. 21-36, 1995.

_____. *Changer de société, refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte, 2006.

LATOUR, Bruno & CALLON, Michel. Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In: Cicourel, A.V.; Knorr-Cetina, K. (orgs.). *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro and macro-sociologies*. Boston: Routledge & Kegan Paul. pp. 277-303, 1981.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. Caderno CRH. v. 23, n. 59, pp. 283-300, 2010.

MENEZES, Palloma A. *Entre o "fogo cruzado" e o "campo minado": uma etnografia do processo de "pacificação" de favelas cariocas*. 665 f. Tese – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

NACHI, Mohamed. *Introduction à la sociologie pragmatique*. Paris: Armand Colin, 2006..

NAZARETH, Eduardo. *Esporte como experiência: uma análise fenomenológico-pragmática da constituição do jogo coletivo*. Tese – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

QUÉRÉ, Louis et al. (org.). *La théorie de l'action: le sujet pratique en débat*. Paris: CNRS Éditions, 1993.

RICŒUR, Paul. *Le conflit des interprétations*. Essais d'herméneutique. Paris: Seuil, 1969..

SHIBUTANI, Tamotsu. *Improvised News: A Sociological Study of Rumor*. Indianapolis: The Bobbs-Merrill Co, 1966.

SILVA, Marília Márcia Cunha da. *Nos mundos do Departamento Geral de Ações Socioeducativas: adolescentes, agentes e técnicos nos contextos da administração da justiça para a juventude*. 282 f. Tese – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

THÉVENOT, Laurent. 1986. Les investissements de forme. *Conventions économiques*. v. 29, pp. 21-71, 1986.

VANDENBERGUE, Frédéric. Construção e crítica na nova sociologia francesa. *Sociedade e Estado*. v. 21, n. 2, p. 315-366, 2006.

WERNECK, Alexandre. *A Desculpa: as circunstâncias e a moral das relações sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.